



Presidente diz que, segundo as Forças Armadas, “é impossível dar um selo de credibilidade” ao sistema de votação, devido às “vulnerabilidades”. Campanha apresenta supostas provas de irregularidades na propaganda em rádio

Processo eleitoral volta ao alvo de Bolsonaro

» INGRID SOARES

A cinco dias do segundo turno, o presidente Jair Bolsonaro (PL) retomou os questionamentos sobre a segurança do processo de votação, seja ao colocar em dúvida a lisura das urnas eletrônicas, seja ao denunciar suposta irregularidade na propaganda eleitoral (**leia reportagem nesta página**).

De acordo com Bolsonaro, as Forças Armadas sustentam que “é impossível dar um selo de credibilidade” ao sistema de votação, devido às “muitas vulnerabilidades”. As declarações foram dadas em entrevista a Ben Shapiro, youtuber conservador americano, e divulgada ontem pelo chefe do Executivo.

“Temos uma eleição pela frente e o que nos traz certa confiança é que as Forças Armadas foram convidadas a integrar uma comissão de transparência eleitoral. E têm feito um papel atuante e muito bom nesse sentido. Contudo, eles me dizem que é impossível dar um selo de credibilidade, tendo em vista ainda as muitas vulnerabilidades que o sistema apresenta”, afirmou.

Os militares, porém, nunca fizeram essa afirmação. Eles informaram, na semana passada, que devem entregar, no começo de janeiro, a última etapa da fiscalização realizada no sistema eleitoral. Em 26 anos de existência do sistema de urnas eletrônicas nas eleições do país nunca houve comprovação de fraude.

“Eu questiono as eleições há muito tempo. O nosso sistema eleitoral não é o mesmo em nenhum país do mundo que tenha uma economia razoável”, prosseguiu Bolsonaro. O presidente ainda citou o projeto derrotado de voto impresso. “Nós lutamos há muito tempo por um modelo eleitoral transparente. Não tivemos força para isso”, acrescentou.

O chefe do Executivo também criticou ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), apontando que os magistrados são indicações políticas. “E o Tribunal Superior Eleitoral, aqui no Brasil, dos seus sete integrantes,

três são do Supremo Tribunal Federal, que são pessoas indicadas por partidos políticos”, ressaltou.

Ele destacou que, apesar de o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter sido solto, não foi absolvido. “A Lei da Ficha Limpa não alcança quem está sendo julgado ou condenado em primeira instância. Assim sendo, Lula da Silva conseguiu o direito de disputar as eleições. Obviamente, por um casuismo de um ministro do Supremo indicado pelo PT no passado”, frisou.

Segundo Bolsonaro, “a reeleição dele (Lula) tem de ser evitada com as armas da democracia”. “É mais difícil você lutar com essas armas, mas estamos jogando, como chamo aqui, dentro das quatro linhas da Constituição”, completou.

Contradição

Em sabatina no último dia 23, o presidente disse desconhecer relatório das Forças Armadas a respeito do sistema, mas afirmou que a corporação continua “na busca de possíveis fraudes”. No entanto, em pronunciamento após confirmação do primeiro turno, ao ser questionado sobre a confiança nos números divulgados pelas urnas e pelo TSE, o presidente respondeu que ia esperar relatório dos militares. “Vou aguardar o parecer das Forças Armadas que ficaram presentes lá na sala-cofre, repito, elas foram convidadas a integrar a comissão de transparência eleitoral. Então, fica a cargo do ministro da Defesa tratar desse assunto”, disse, na ocasião.

Bolsonaro fez campanha, ontem, no Nordeste. Durante ato em Guanambi (BA), pediu votos para o candidato do União Brasil ao governo do estado, ACM Neto, que enfrentará Jerônimo Rodrigues (PT). “Aqui na Bahia, nós temos posição. Onde está o PT, nós estamos do outro lado. Por isso, peço aos meus amigos da Bahia, que, por ocasião das eleições, agora, dia 30, votem para governador 44, ACM Neto”, discursou. O ex-prefeito de Salvador, porém, está neutro em relação à disputa presidencial.

Reprodução/YouTube



Bolsonaro na entrevista a youtuber americano: “Nós lutamos há muito tempo por um modelo eleitoral transparente”

Campanha entrega parecer contra rádios

A campanha do presidente Jair Bolsonaro (PL) entregou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ontem à noite, uma petição acompanhada de um link público do Google Drive com acesso a uma planilha de horários que comprovaria que oito emissoras de rádios teriam reproduzido mais inserções a favor do candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT) do que do chefe do Executivo.

Entre as citadas estão as rádios Bispa FM e Hits FM, de Recife; e Integração FM, de Surubim, as três de Pernambuco; e Clube FM, de Santo Antônio de Jesus; Povo FM, de Feira de Santana; Viva Voz, de Várzea da Roça; Povo FM, de Poções; e Extremo Sul FM, de Itamaraju, todas na Bahia.

Na segunda-feira, em pronunciamento à imprensa, o ministro das Comunicações, Fábio Faria, disse que Bolsonaro teve 154 mil inserções de rádio a menos do que Lula nas últimas duas semanas. Os dados foram levantados por uma auditoria particular contratada pela campanha do presidente.

Logo após o anúncio de Faria, o presidente do TSE, Alexandre de Moraes, deu prazo de 24 horas para que fossem apresentadas provas da denúncia feita pelo ministro. O magistrado destacou que a petição protocolada pelo partido, na ocasião, não tinha “qualquer prova e/ou documento sério, limitando-se o representante a juntar um suposto

e apócrifo ‘relatório de veiculações em rádio’”.

Gravidade

O QG de campanha de Bolsonaro rebateu, ontem, a pecha de documento “apócrifo” dada por Moraes. O grupo reconheceu que o primeiro relatório não teve assinatura de ninguém, mas destacou que o nome da empresa foi informado ao longo do documento.

“Trata-se de empresa devidamente contratada pela campanha, com observância rigorosa de todos os requisitos legais envolvidos e plenamente habilitada para a análise técnica levada a efeito, que possui no seu objeto social”, justificou.

“Para que se aquilate a gravidade da irregularidade noticiada, a título exemplificativo, pôde-se comprovar, em pequena amostragem de oito rádios (nominalmente referidas), em apenas uma semana, significativa discrepância de 730 inserções, em desfavor da campanha do candidato petionário”, diz a manifestação ao TSE.

Com o objetivo de demonstrar a autenticidade material da documentação preliminar, a campanha anexou à petição uma declaração da empresa Audiency Brasil Tecnologia Ltda., firmada por meio de assinatura digital do representante legal, Anacleto Angelo Ortigara, assim como seu currículo lattes. (IS)



ALEXANDRE GARCIA

NÃO HOUVE NO CONGRESSO QUALQUER EMENDA À CONSTITUIÇÃO QUE REVOGASSE O ARTIGO QUE PROÍBE A CENSURA. ASSIM, O SUPREMO APLICA NORMAS COMO SE FOSSE PODER CONSTITUINTE E LEGISLATIVO

Lixo eleitoral

Nas redondezas dos locais de votação o chão costuma ficar coberto de papéis, propaganda descartada. É o lixo que resta da eleição. Neste ano, com a mais censurada campanha, outro lixo que terá que ser varrido do Brasil é a cultura da mordada. A despeito de a Lei Maior proibir expressamente qualquer tipo de censura, guardiões da Constituição ignoram o art. 220 e aplicam censura a fatos do passado e presente e até do futuro, no caso da Brasil Paralelo, num documentário a que nem sequer assistiram, como revelou o ministro do TSE Raul Araújo,

no dia da decisão de 4 a 3.

Até os dois principais jornais americanos, *Wall Street Journal* e *New York Times*, se preocuparam com as decisões do TSE. Uma das decisões que escandalizou os jornais americanos foi confirmada, ontem, pelo Supremo. O “poder de polícia” do TSE foi aprovado até pelos três ministros do Supremo que integram o TSE. Votaram em causa própria.

A resolução confirmada contraria princípios constitucionais, segundo o procurador-geral: a liberdade de expressão, a isenção do juiz, a inércia do juiz, o

direito ao recurso, a colegialidade da decisão. Uma única pessoa decide o que não é verdade — e censura. Até a Inquisição era colegiada.

Não houve no Congresso qualquer emenda à Constituição que revogasse o artigo que proíbe a censura. Assim, o Supremo aplica normas como se fosse poder constituinte e legislativo. Tribunais administrativos, como TCU e TSE, estão indo além de suas prerrogativas. O poder original do povo só foi delegado a deputados e senadores para fazer e desfazer leis. E as intervenções do TSE

na liberdade de expressão não pacificaram as eleições.

Eles acreditam que o eleitor não tem discernimento para avaliar os argumentos dos lados em disputa. E resolveram tutelar pessoas civilmente capazes. Tornaram-se árbitros para decidir o que é verdade. O ministro aposentado Marco Aurélio, crítico desse comportamento, quando foi presidente da Justiça Eleitoral e juiz de eleições, agiu como aquele árbitro de futebol que passa despercebido.

Hoje, juízes da eleição parecem mais importantes que os candidatos e os elei-

tores. Nesses últimos anos, temos visto juízes votando em casos de que são parte, como no inquérito do fim do mundo e como ontem. Qualquer estudante de direito sabe que isso é inadmissível. Esse será um bom tema para o novo Senado, assim como a aplicação da censura constitucionalmente vedada. A partir de fevereiro, um novo Senado certamente vai tratar disso.

Enfim, no domingo será revelada a decisão desse episódio que começou quando uma maioria de 8 a 3 do Supremo anulou processos já concluí-

dos em suas instâncias decisivas. Agora, isso vai desaguar no domingo. Embora os embates da campanha, nunca foi tão fácil decidir, porque os dois candidatos são bem conhecidos. Um, pelo que fez em 14 anos de governo do PT; outro, pelo que tem feito em três anos e 10 meses de presidência. A decisão da maioria vai afetar o presente e o futuro de todos e deixar frutos ou restos de lixo pelos anos vindouros, para nossos filhos e netos. Valores, liberdades, bem-estar, respeito à Constituição estarão sendo digitados nas urnas de domingo.